

Especial

Saiba como investir
no meio ambiente
com os Títulos
verdes

PÁGINA 3

RECURSOS

BB fortalece
crédito verde
com captação
de US\$ 100 mi

O Banco do Brasil anunciou a captação de US\$ 100 milhões junto ao banco francês Credit Agricole CIB, voltados para as linhas de financiamento a projetos sustentáveis no Brasil. O recurso é destinado à operação Eco Invest Green Repo, parte do Programa Eco Invest Brasil, e tem como destino empresas que buscam tornar seus negócios e cadeias mais sustentáveis por meio de investimentos em transição ecológica. Os recursos captados serão direcionados ao refinanciamento de operações de crédito vinculadas a projetos sustentáveis no Brasil, abrangendo diversos campos, desde o investimento em matrizes energéticas renováveis até a implementação de práticas agrícolas de baixo carbono. **PÁGINA 2**

EM 3 ANOS

Galeão deve
chegar a 30
milhões de
passageiros

O Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro - Antonio Carlos Jobim, o Galeão, deve passar dos atuais 18 milhões de passageiros para 30 milhões em três anos. A previsão é do ministro dos Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho. A previsão foi apresentada ontem, durante cerimônia de assinatura do termo de repactuação do contrato de concessão do aeroporto, em uma das salas VIPs do terminal. Na prática, o ajuste é uma forma de permitir equilíbrio econômico da operação concedida à iniciativa privada. “Saímos de pouco menos de 5 milhões de passageiros, em 2023, para mais de 18 milhões neste ano, e a projeção é alcançar 30 milhões nos próximos três anos. **PÁGINA 6**

BANCO CENTRAL

Número de trabalhadores
por aplicativo cresce 170%

O número de pessoas trabalhando em aplicativos de transporte e de entrega aumenta a cada ano no Brasil. Entre 2015 e 2025, enquanto a população ocupada no país cresceu cerca de 10%, o número de trabalhadores por aplicativos aumentou 170%, passando de cerca de 770 mil para 2,1 milhões. O Banco Central apresentou, ontem, cálculos que tentam descrever o impacto dos aplicativos no mercado e trabalho no Brasil, imaginando cenários com e sem as plataformas. A análise está

no Relatório de Política Monetária referente ao terceiro trimestre de 2025. Os resultados sugerem que esse fenômeno do uso dos aplicativos teve impacto na taxa de participação na força de trabalho, no nível de ocupação e também na taxa de desocupação. Um dos exercícios propõe três cenários, supondo que as plataformas não existissem. Nos três cenários, os níveis de ocupação são afetados. A taxa de desemprego aumentaria, por exemplo, entre 0,6 e 1,2 ponto percentual. **PÁGINA 2**

PESQUISA IPESPE

Aprovação de Lula sobe para 50%



RICARDO STUCKERT/PR

Pesquisa Ipspe divulgada ontem, mostra que a aprovação do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) avançou sete pontos em dois meses e alcançou 50%. No levantamento anterior, feito em julho, o índice estava em 43%. A aprovação passou a superar numericamente a desaprovação, hoje em 48%. Desde maio, o governo passou de um déficit de 14 pontos entre aprovação e desaprovação, para um saldo de dois pontos. O apoio ao petista é maior entre os eleitores de esquerda, chegando a 95%, mas também superou a desaprovação em segmentos mais disputados: entre eleitores de centro, a pesquisa registrou 49% de aprovação contra 45% desaprovação e, na classe média, 51% a 46%. A rejeição ainda é mais forte entre direitistas (88%) e ricos (84%). A pesquisa também aponta uma melhora na percepção geral do noticiário sobre o governo: 38% dos entrevistados veem notícias mais positivas e 35% mais negativas. Antes, os índices eram de 31% e 41%, respectivamente. O assunto mais lembrado pelos eleitores no período do levantamento, entre 19 e 22 de setembro, seguia sendo o tarifaço imposto pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. A sondagem começou antes da repercussão das manifestações populares do último domingo, contra a PEC da Blindagem e o projeto de anistia aos condenados do 8 de janeiro, e do discurso de Lula na Assembleia-Geral da ONU. **PÁGINA 3**

TRABALHO



FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABRASIL

Marinho defende
mobilização popular
contra escala 6 por 1

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, voltou a defender, ontem, o fim da escala 6 por 1, durante entrevista ao programa Bom Dia, Ministro, produzido pelo Canal Gov. Na ocasião, Marinho destacou que a pressão do povo, por meio de manifestações, a exemplo do que aconteceu com a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Blindagem, cujo arquivamento só foi possível graças à mobilização popular. Para o ministro, esse tipo de ação será fundamental para acabar com aquela que, segundo ele, é “a mais cruel das escalas”, na qual o trabalhador tem direito a apenas um dia de descanso semanal. França, Alemanha, Dinamarca, Bélgica, Holanda, Islândia são alguns dos países que implementaram ou estão implementando jornadas menores do que a de 6 por 1. **PÁGINA 3**

INDICADORES

IBOVESPA -0,81% / 145.306,23 / -1.185,52 / Volume: 19.221.834.855 / Negócios: 2.940.232										Bolsas no mundo		Salário mínimo	R\$ 1.412,00	GP-M	-1,65% (jun.)	EURO turismo				
Mais Negociados				Majores Altas				Majores Baixas				Fechamento		%	Ufir-RJ	R\$ 4,5373	IPCA-15	0,26% (jun.)	Compra: 6,3369	Venda: 6,5169
	Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.									
AGROPAST PNA*	0,010			Cia Energetica do Ceara	36,89	+14,21%	+4,59	Ambipar SA	7,50	-24,24%	-2,40	Dow Jones	45.947,32	-0,38%						
GOL Linhas Aereas S.A.	5,65	-4,56%	-0,27	Wetzel S.A.	10,20	+3,66%	+0,36	Azevedo & Travassos SA	0,34	-15,00%	-0,06	S&P 500	6.604,72	-0,50%						
Sendas Distribuidora SA	9,170	-5,37%	-0,520	Energisa SA	9,34	+3,09%	+0,28	Azevedo & Travassos SA	0,35	-14,63%	-0,06	NASDAQ Composite	22.384,697	-0,50%						
Cosan S.A.	6,23	-7,01%	-0,47	Banco Mercantil SA	17,49	+2,94%	+0,50	Cia Tecidos Santanense SA	2,22	-11,20%	-0,28	Nasdaq 100	24.397,31	-0,43%						
Raizen SA	1,020	-7,27%	-0,080	Karsten S.A.	36,00	+2,86%	+1,00	Azul SA Pfd Registered Shs	1,05	-10,26%	-0,12	Euronext 100	1.635,7	-0,27%						
												CAC 40	7.795,42	-0,41%						

MERCADOS

Com exterior, Bovespa realiza lucros após sequência de recordes

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

Após ter renovado máximas históricas nos dois fechamentos anteriores - em nada menos de sete das dez sessões precedentes à desta quinta-feira -, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) operou em conformidade à cautela externa e fechou o dia em baixa de 0,81%, aos R\$ 20,1 bilhões.

Destaque do dia, a leitura revisada do Produto Interno Bruto (PIB) dos EUA no segundo trimestre lançou um tanto de dúvidas quanto ao grau de ajuste da política monetária americana que o Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano) poderá efetivar ainda este ano. Na agenda doméstica, os investidores tomaram nota também do IPCA-15 referente a setembro, considerado a prévia da inflação oficial do mês e que veio abaixo do esperado para o intervalo, em desdobramento apenas em parte favorável.

Entre a mínima e a máxima da sessão, o Ibovespa (Índice Bovespa) oscilou entre 145.186,77 e 146.519,13 pontos, saindo de abertura aos 146 491,92 pontos. Na semana, com o desempenho de ontem, oscilou para baixo no agregado do intervalo (-0,38%), aparando o ganho do mês a 2,75%. No ano, o Ibovespa sobe 20,8%.

Entre as blue chips, o dia foi amplamente negativo. Exceção para o principal papel do Ibovespa, Vale ON, que subiu 0,55%, acompanhando avanço do preço do minério na China, na sessão. Em dia no qual o petróleo chegou a ceder mais de 1% - embora com fechamento próximo à estabilidade -, as ações de Petrobras foram destaque de baixa (ON -1,76%, PN -0,80%). Os bancos também foram mal, com perdas de 0,8% (Itaú PN) a 1,45% (Banco do Brasil ON) entre as maiores instituições.

PETROBRAS

Petroleiros marcam ato nacional contra mudanças na PBio

A Federação Única dos Petroleiros (FUP) informou que os sindicatos ligados à entidade vão realizar atos nas bases do Sistema Petrobras em todo País, contra o que consideram ser a privatização da Petrobras Biocombustível (PBio). O protesto será no próximo dia 3 de outubro, dia do aniversário de 72 anos da estatal.

"As mobilizações visam deter o avanço do modelo de parcerias e terceirizações que a gestão da Petrobras está implementando, com precarização do trabalho e à revelia dos sindicatos", disse a FUP em nota.

Os atos terão como principais focos as usinas da PBio em Montes Claros (MG) e Candeias (BA), onde, segundo a FUP, os trabalhadores foram informados pela diretoria da empresa que os postos de trabalho serão terceirizados, "em um processo que abre

Na ponta ganhadora do Ibovespa, Natura (+2,34%), Magazine Luiza (+1,29%) e Ambev (+0,65%). No canto oposto, Raízen (-7,27%), Cosan (-7,01%) e Assaí (-5,37%).

Divulgada no período da manhã, a última leitura do Produto Interno Bruto (PIB) dos EUA no segundo trimestre mostrou crescimento anualizado de 3,8% no período, bem acima da anterior e das projeções do mercado, de 3,3%. No primeiro trimestre, o PIB dos EUA encolheu 0,5%. Dessa forma, os índices de ações em Nova York mostraram piora ao longo da tarde, especialmente os papéis do setor de tecnologia, colocando o pressão extra sobre o ajuste do Ibovespa após uma sequência positiva, de recordes. Em Nova York, no fim do dia, Dow Jones -0,38%, S&P 500 -0,5% e Nasdaq também -0,5%.

DÓLAR

O dólar emendou ontem, o segundo pregão consecutivo de alta firme no mercado local e superou a linha de R\$ 5,35, em movimento alinhado à onda de fortalecimento da moeda norte-americana no exterior. Divisas emergentes sofreram com o avanço das taxas dos Treasuries curtos após dados mais fortes da economia dos EUA e falas cautelosas de parte de dirigentes do Federal Reserve (Fed, o banco central do país) esfriarem apostas em redução agressiva de juros nos próximos meses.

Afora uma pequena queda pontual e limitada na abertura dos negócios, o dólar operou em terreno positivo no restante da sessão. Após máxima de R\$ 5,3714, registrada na última hora de negócios, a moeda encerrou em alta de 0,69%, a R\$ 5,3644 - maior valor de fechamento desde o último dia 11 (R\$ 5,3922).

A moeda acumulou alta de 1,61% nos dois últimos pregões, após ter furado o piso de R\$ 5,30 e fechado a R\$ 5,2791 na última terça-feira.

caminho para a privatização parcial da PBio", destacou a entidade sindical. Sem a participação dos sindicatos, e como parte de um projeto de parcerias, o plano prevê a criação de uma nova empresa com controle majoritário do setor privado para assumir a operação das unidades, retirando a PBio da gestão direta. Ou seja, a PBio deixaria de operar as unidades, que seriam, na prática, privatizadas.

"O que está em curso na PBio é o aprofundamento de um modelo de negócio de parcerias e de terceirização de atividades fins, que a atual gestão da Petrobras está implementando nos contratos de Operação e Manutenção das fábricas de fertilizantes (Fafens) da Bahia e Sergipe, e que ameaça também o Polo Bahia e a Termobahia", avaliou o coordenador-geral da FUP, Deyvid Bacelar.

BANCO CENTRAL

Número de trabalhadores por aplicativo cresce 170%

MARIANA TOKARNIA/ABRASIL

O número de pessoas trabalhando em aplicativos de transporte e de entrega aumenta a cada ano no Brasil. Entre 2015 e 2025, enquanto a população ocupada no país cresceu cerca de 10%, o número de trabalhadores por aplicativos aumentou 170%, passando de cerca de 770 mil para 2,1 milhões.

O Banco Central apresentou, ontem, cálculos que tentam descrever o impacto dos aplicativos no mercado e trabalho no Brasil, imaginando cenários com e sem as plataformas. A análise está no Relatório de Política Monetária referente ao terceiro trimestre de 2025. Os resultados sugerem que esse fenômeno do uso dos aplicativos teve impacto na taxa de participação na força de trabalho, no nível de ocupação e também na taxa de desocupação.

Um dos exercícios propõe três cenários, supondo que as plataformas não existissem:

- Aqueles que hoje trabalham para os aplicativos teriam buscado emprego mas, sem sucesso, teriam se tornado desempregados.
- Essas pessoas não teriam sequer procurado uma ocupação e teriam passado diretamente para fora da força de trabalho.

RECURSOS

BB fortalece operações de crédito verde com captação de US\$ 100 mi

GUILHERME JERONYMO/ABRASIL

O Banco do Brasil anunciou a captação de US\$ 100 milhões junto ao banco francês Credit Agricole CIB, voltados para as linhas de financiamento a projetos sustentáveis no Brasil. O recurso é destinado à operação Eco Invest Green Repo, parte do Programa Eco Invest Brasil, e tem como destino empresas que buscam tornar seus negócios e cadeias mais sustentáveis por meio de investimentos em transição ecológica.

Os recursos captados serão direcionados ao refinanciamento de operações de crédito vinculadas a projetos sustentáveis no Brasil, abrangendo diversos campos, desde o investimento em matrizes energéticas renováveis até a implementação de práticas agrícolas de baixo carbono.

O programa estabelece dois leilões. O primeiro, iniciado em maio deste ano, é voltado para projetos nas áreas de eficiência energética, economia circular, bioeconomia e infraestrutura industrial verde. Os recursos começaram a ser liberados em junho, em valores de R\$ 1,5 bilhão, de R\$ 4,8 bilhões previstos.

O segundo leilão, previsto para o quarto trimestre de 2025, tem como objetivo atender projetos voltados para a recuperação de áreas rurais degradadas, focando no aumento da produtividade no campo e em esforços para reduzir o desmatamento.

As características de cada leilão são definidas pela Secretaria do Tesouro Nacional. No âmbito do segundo leilão, por exemplo, 10% dos recursos devem ser dire-

- Uma situação intermediária: parte teria conseguido outra ocupação e parte não.

Nos três cenários, os níveis de ocupação são afetados. A taxa de desemprego aumentaria, por exemplo, entre 0,6 e 1,2 ponto percentual. Atualmente, a taxa de desemprego é 4,3%. Isso significa que, desconsiderados os aplicativos, o desemprego subiria para até 5,5%.

Um segundo exercício propõe um cálculo para estimar a relação entre o crescimento dos aplicativos e a evolução do nível de ocupação. As estimativas apresentadas pelo BC sugerem, nesse caso, que os aplicativos não tiraram trabalhadores das demais ocupações, e que a maioria dos seus trabalhadores estava fora do mercado de trabalho.

O BC conclui, então, que o advento do trabalho por meio de plataformas digitais "representa uma mudança estrutural no mercado de trabalho, que contribuiu para o maior ingresso de pessoas na força de trabalho e na ocupação, com efeitos positivos sobre os principais indicadores. O crescimento extraordinário da quantidade de trabalhadores por aplicativos resultou em elevação do nível de ocupação e da taxa de participação, além de uma redução da taxa de deso-

cupação", diz a análise.

PESO NA ECONOMIA

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) usados na análise mostram que, apesar do crescimento expressivo, a participação dos trabalhadores de aplicativos de transportes é relativamente pequena: passou de 0,8% para 2,1% da população ocupada, entre 2015 e 2025, e de 0,5% para 1,2% da população em idade de trabalhar (14 anos ou mais) no mesmo período.

O transporte por aplicativos, a partir de 2020, passou a fazer parte do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), medida de inflação usada como referência no sistema de meta para a inflação brasileira. Em agosto de 2025, o peso do subitem transporte por aplicativo no IPCA foi de 0,3%, enquanto, em comparação, o peso do subitem passagem aérea foi 0,6%.

"O uso de aplicativos de telefone e internet para contratação de serviços de transporte pessoal e de entrega surgiu cerca de uma década atrás e, desde então, tem crescido e se tornado relevante para a economia brasileira", diz o BC.

PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

Embora elevem os indicadores de ocupação, os aplicativos

são responsáveis também pela precarização do trabalho. Relatório do Fairwork Brasil mostra que nenhum dos principais aplicativos conseguiram evidenciar o cumprimento de padrões mínimos de trabalho decente, como oferecer uma remuneração justa.

O estudo Plataformização e Precarização do Trabalho de Motoristas e Entregadores no Brasil, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), vai na mesma direção e mostra que o trabalho mediado por aplicativos resultou em jornadas de trabalho mais longas, menor contribuição previdenciária e forte queda da renda média destes trabalhadores.

Segundo a pesquisa, entre 2012 e 2015, enquanto o total de motoristas autônomos no setor de transporte de passageiros era cerca de 400 mil, o rendimento médio ficava em torno de R\$ 3,1 mil. Em 2022, quando o total de ocupados se aproximava de 1 milhão, o rendimento médio era inferior a R\$ 2,4 mil. A proporção desses trabalhadores com jornadas entre 49 e 60 horas semanais passou de 21,8% em 2012 para 27,3% em 2022.

Já o percentual de motoristas de passageiros que contribuía com a previdência passou de 47,8%, em 2015, para 24,8%, em 2022, de acordo com o mesmo estudo

AÉREA

Latam atinge maior parcela no mercado doméstico

ELISA CALMON/AE

A Latam atingiu em agosto a maior participação doméstica da operação brasileira da companhia nos últimos 12 anos. O market share foi de 41,4%, segundo dados de demanda e oferta da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

A Latam foi seguida pela Gol, cuja participação no mercado doméstico brasileiro atingiu 30,1% em agosto. Já a Azul registrou market share de 28,4%.

A taxa de ocupação doméstica da Latam em agosto somou 86,4%, a segunda maior da empresa em 2025 no Brasil. O resultado ficou atrás apenas dos 87,6% registrados na alta temporada de julho. No acumulado, a taxa de aproveitamento das aéreas brasileiras no mercado interno foi de 85,3% no mês passado, ainda segundo números da Anac.

OFERTA E DEMANDA

A oferta, medida por assentos-quilômetro oferecidos (ASK), no mercado doméstico cresceu 6,5% na comparação mensal e 8% em 12 meses, com 8,7 milhões de passageiros transportados. O número é o melhor resultado para o mês de agosto desde o início da série histórica e marca 12 meses consecutivos de crescimento. Já a demanda (RPK) registrou alta mensal de 11% e anual de 10,3%.

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor	FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe	HAROLDO PAULINO - Diagramação
redacaodiariodoacionista@gmail.com	

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil



ACESSE NOSSO SITE



www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

IPESPE

Aprovação de Lula sobe sete pontos e chega a 50%

GEOVANI BUCCI E RAISA TOLEDO/AE

Pesquisa Ipspe divulgada ontem, mostra que a aprovação do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) avançou sete pontos em dois meses e alcançou 50%. No levantamento anterior, feito em julho, o índice estava em 43%. A aprovação passou a superar numericamente a desaprovação, hoje em 48%. Desde maio, o governo passou de um déficit de 14 pontos entre aprovação e desaprovação, para um saldo de dois pontos.

O apoio ao petista é maior entre os eleitores de esquerda, chegando a 95%, mas também superou a desaprovação em segmentos mais disputados: entre eleitores de centro, a pesquisa registrou 49% de aprovação contra 45% desaprovação e, na classe média, 51% a 46%. A rejeição ainda é mais forte entre direitistas (88%) e ricos (84%).

A pesquisa também aponta uma melhora na percepção geral do noticiário sobre o governo: 38% dos entrevistados veem notícias mais positivas e 35% mais negativas. Antes, os índices eram de 31%

e 41%, respectivamente.

O assunto mais lembrado pelos eleitores no período do levantamento, entre 19 e 22 de setembro, seguia sendo o tarifaço imposto pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump.

A sondagem começou antes da repercussão das manifestações populares do último domingo, contra a PEC da Blindagem e o projeto de anistia aos condenados do 8 de janeiro, e do discurso de Lula na Assembleia-Geral da ONU, dois episódios considerados positivos para a imagem do governo.

Como mostrado pelo Estadão, na ala do Centrão que se opõe a Lula, há parlamentares que dizem que o PT foi sagaz ao associar a PEC ao movimento pela anistia aos presos do 8 de Janeiro. Segundo o Monitor do Debate Público da USP, 42,4 mil pessoas compareceram ao ato na Avenida Paulista. Em manifestação bolsonarista pró-anistia no 7 de Setembro, foram 42,2 mil.

O saldo da viagem do presidente a Nova York para a Assembleia-Geral da ONU também foi avaliado como positivo. A análise incluiu a boa recepção de seu dis-

curso de abertura, em que defendeu a soberania brasileira, e a abertura de um canal de comunicação direto com Trump, depois que o presidente norte-americano disse ter tido boa "química" com Lula.

CONGRESSO NACIONAL

Enquanto Lula registra ganhos, a Câmara dos Deputados acumula desgaste. A desaprovação ao trabalho da Casa, chegou a 70%, alta de sete pontos em relação a julho (63%), segundo a pesquisa Ipspe.

O cientista político Antonio Lavareda, responsável pelo levantamento, associa o movimento ao motim ocorrido no plenário em agosto e à tramitação da PEC das Prerrogativas, que ganhou o apelido de PEC da Blindagem. Os fatos produziram "um desgaste significativo na imagem da Câmara". O levantamento foi iniciado dois dias após a aprovação da PEC pelos deputados. O texto foi rejeitado depois pelos senadores, quando o estudo já estava concluído.

Por perfil ideológico, a desaprovação da Casa é de 83% entre eleitores de esquerda, 73% entre os de centro e 58% entre os de di-

reita. Pela autodeclaração de classe social, o índice chega a 78% entre os mais ricos, 74% na classe média e 64% entre os mais pobres.

O Senado Federal, por sua vez, apresentou leve oscilação positiva: um ponto a mais na aprovação, que agora é de 26%, e dois pontos a menos na desaprovação, que recuou a 59%.

STF

O Supremo Tribunal Federal (STF) registrou evolução favorável. A ampla exposição durante o julgamento da trama golpista, envolvendo o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), resultou em crescimento de três pontos na aprovação, de 43% para 46%, e queda de cinco pontos na desaprovação, de 49% para 44%. O movimento foi considerado expressivo pelo instituto por indicar melhora significativa do saldo de imagem da Corte.

Durante as manifestações do último domingo, participantes exibiram cartazes de apoio à atuação do Supremo no processo. O decano do STF, ministro Gilmar Mendes, interpretou o ocorrido como "prova viva da força do povo brasileiro na defesa da democracia".

TRABALHO

Marinho defende mobilização popular contra escala 6 por 1

PEDRO PDUZZI/ABRASIL

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, voltou a defender, ontem, o fim da escala 6 por 1, durante entrevista ao programa Bom Dia, Ministro, produzido pelo Canal Gov. Na ocasião, Marinho destacou que a pressão do povo, por meio de manifestações, a exemplo do que aconteceu com a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Blindagem, cujo arquivamento só foi possível graças à mobilização popular.

Para o ministro, esse tipo de ação será fundamental para acabar com aquela que, segundo ele, é "a mais cruel das escalas", na qual o trabalhador tem direito a apenas um dia de descanso semanal. França, Alemanha, Dinamarca, Bélgica, Holanda, Islândia são alguns dos países que implementaram ou estão implementando jornadas menores do que a de 6 por 1 ou de 44 horas semanais.

Marinho sugeriu aos eleitores acompanharem posicionamento dos atuais parlamentares, no Congresso Nacional, sobre o tema, para sa-

ber "quem merece ter seu mandato renovado e quem merece ser substituído", nas próximas eleições.

MAIS CRUEL

"A escala 6 por 1 é, de fato, a mais cruel que existe, especialmente para as mulheres. Então o momento é de renovar", disse o ministro ao lembrar que vários países já extinguiram esse tipo de jornada de trabalho.

"O governo brasileiro torce para um final feliz em relação à redução da jornada máxima do Brasil, hoje de 44 horas semanais, para 40 horas semanais sem prejuízo para a economia. Essa jornada é especialmente cruel para as mulheres e para a nossa juventude, que vem rechaçando esse sistema de jornada, cobrando do empresariado e das autoridades brasileiras uma adequação", acrescentou

A proposta de alteração da escala 6 por 1 está tramitando no Congresso Nacional que, segundo ele, costuma ter outras prioridades, não necessariamente em favor dos trabalhadores.

COP30

Câmara aprova transferir capital do Brasil para Belém

LUCAS PORDEUS LEÓN/ABRASIL

A Câmara dos Deputados aprovou, ontem, projeto de lei (PL) que determina a transferência simbólica da capital do Brasil para Belém (PA) entre os dias 11 e 21 de novembro, enquanto durar a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30).

O texto agora segue para análise do Senado. De autoria de deputada Duda Salabert (PDT-MG), o PL 358 de 2025 permite a transferência dos poderes Executiva, Legislativo e Judiciário de Brasília para a capital paraense.

Com isso, os atos e despachos do presidente da República e dos ministros de Estados assinados no período da COP30 serão datados na cidade de Belém. Segundo Salabert, a transferência permite maior interlocução en-

tre autoridades brasileiras e estrangeiras.

"Essa medida demonstraria o compromisso do governo e do Parlamento brasileiro com as questões ambientais e a necessidade de encontrar soluções efetivas para um problema que afeta todo o planeta", escreveu a parlamentar ao submeter o projeto na Câmara.

O relator do PL em plenário, deputado José Priante (MDB-PA), por sua vez, apontou que essa medida não é inédita, uma vez que a capital foi transferida para o Rio de Janeiro (RJ) em 1992, durante a Rio 92, que foi a primeira conferência da ONU sobre clima.

Foram 304 votos favoráveis e 64 contrários. Apenas o partido Novo e a liderança da oposição se posicionaram contrários ao texto.

Saiba como investir no meio ambiente com os Títulos verdes

POR BÁRBARA SOUZA

Os títulos verdes vêm ganhando espaço como uma alternativa de investimento que combina retorno financeiro com responsabilidade socioambiental. Diferentemente de outros papéis de dívida, eles são emitidos por empresas, governos ou instituições multilaterais com a finalidade de captar recursos destinados exclusivamente a projetos que gerem impacto positivo no meio ambiente.

Isso inclui iniciativas de energia renovável, transporte limpo, reflorestamento, saneamento e gestão de resíduos, entre outras áreas. Desde 2018, esses papéis passaram a integrar o mercado de capitais brasileiro, abrindo espaço para que investidores possam participar diretamente do financiamento da transição para uma economia mais sustentável.

O crescimento desse mercado é visível em escala global. Em 2024, a emissão de títulos sustentáveis, que engloba verdes, sociais e sustainability-linked bonds, ultrapassou a marca de US\$ 1 trilhão, segundo a Climate Bonds Initiative. Desse total, mais da metade foi composta por títulos verdes, reforçando a preferência dos investidores por projetos com impacto ambiental mensurável. Apenas no primeiro semestre de 2024, já haviam sido emitidos US\$ 385,1 bilhões nesse formato, o que demonstra o vigor da demanda.

Entre as variações desse mercado, destacam-se os Sustainability-Linked Bonds (SLBs). Diferente dos títulos verdes, que exigem a aplicação direta dos recursos em projetos sustentáveis, os SLBs estão atrelados ao cumprimento de metas ambientais, sociais e de governança (ESG). Se com esse instrumento essas metas não forem atingidas, o emissor pode sofrer penalidades financeiras ou ajustes nas condições do título. Essa estrutura cria um incentivo adicional para que empresas avancem em suas agendas de sustentabilidade.

O Brasil tem papel de destaque nessa tendência. Até meados de 2023, o país já acumulava



PEXELS

aproximadamente US\$ 33,3 bilhões em dívida sustentável, consolidando-se como o terceiro maior emissor da América Latina, atrás apenas de Chile e México. Em 2024, companhias brasileiras levantaram cerca de US\$ 17,6 bilhões no mercado internacional por meio de bonds sustentáveis, enquanto as debêntures verdes domésticas atingiram R\$ 94,5 bilhões, um recorde histórico, segundo levantamento da Climate Bonds Initiative.

Um marco simbólico foi a emissão, em novembro de 2023, do título soberano brasileiro "GLOBAL 2031 ESG", no valor de US\$ 2 bilhões, com taxa de retorno de 6,50% ao ano. A operação foi considerada um passo importante para reforçar o compromisso do país com políticas ambientais e ampliar sua credibilidade diante de investidores globais.

Apesar dos avanços, os desafios permanecem. O risco de greenwashing (exposição de uma empresa a danos reputacionais e legais por promover, de forma enganosa ou falsa, a sustentabilidade), a falta de padronização de métricas e o custo adicional de auditorias e certificações exigem mais transparência e governança. Ainda assim, especialistas apontam que, à medida que o mercado amadurece, investir em títulos verdes não será apenas uma opção ética, mas parte essencial de estratégias financeiras de longo prazo.

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

Rio de Janeiro, 20 de setembro de 2.025. Ref.: Notificação Extrajudicial para lavratura da escritura definitiva de compra e venda. Ilmo. Sr. **Ernani Corrêa**, brasileiro, desquitado, proprietário, inscrito no CPF sob o nº ***.809.107-**, residente e domiciliado na Rua Belfort Roxo nº 40 aptº 904 - Copacabana - RJ; e **Contal-Projetos, Engenharia, Construções S.A.**, CNPJ nº 33.141.896/0001-88, com sede na Avenida Nilo Peçanha nº 155 sala 301/306 - Centro - RJ. **Patricia Rodrigues da Silva**, brasileira, solteira, autônoma, declara sob as penas da lei que não vive em união estável, portador da carteira de identidade nº ***9445*-*, expedida pelo IFP/RJ, inscrita no CPF sob o nº ***.574.527-**, telefone: +55 21 9****. **83, residente e domiciliado na Rua Joaquim Silva nº 36, apartamento nº 1.105, Centro, Rio de Janeiro - RJ, vem por meio desta, lhe notificar que providencie a lavratura da escritura definitiva do imóvel situado na Rua Joaquim Silva nº 36, apartamento nº 1.105, Centro, Rio de Janeiro - RJ. Com o intuito de solucionarmos amigável e extrajudicialmente a questão, pedimos que Vossas Senhorias, façam a presente escritura no **prazo de 15 (quinze) dias**, sob pena de sermos obrigados a tomarmos as medidas judiciais cabíveis. Certos de que seremos prontamente atendidos nesse cordial pedido, aguardado retorno.

Atenciosamente, **Patricia Rodrigues da Silva**

GOVERNO DO BRASIL

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA

MINISTÉRIO DA SAÚDE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.092/2025

A Pregoeira Debora Schmutzler Abrahão convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº. 90.090/2025 no dia 10/10/2025 às 11h00min. - Objeto: Aquisição de medicamentos (CURATIVO, NÃO TECIDO, REVESTIDO COM ALGINATO DE CÁLCIO E SÓDIO, PLACA, CERCA DE 10 X 10 CM, NÃO ADERENTE, HIDRÓFILO, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL E CURATIVO, NÃO TECIDO, PREENCHIDO COM CARVÃO ATIVADO E NITRATO DE PRATA, CERCA DE 10 X 10 CM, NÃO ADERENTE, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL e etc.) Processo nº. 33409.007124/2025-49. O Pregão será realizado no site https://www.gov.br/compras/pt-br, onde o Edital está à disposição dos interessados.

RENOVAÇÃO DE LICENÇA

GRAND FAMILY CONDOMÍNIO CLUB – 30.169.373/0001-51, torna público que requereu da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Simplificação - SMDEIS, através do processo nº 14/200.367/2015, a renovação de sua Licença Municipal de Operação LMO nº 001862/2016 para Estação de Tratamento de Esgotos situado na Rua Dumontina, 288 -Vargem Pequena – Rio de Janeiro/RJ.

AMCRJ – Serviços Médicos Ltda.

CNPJ/MF nº 21.684.101/0001-07

Edital de Convocação para a Reunião de Sócios

Ficam os Srs. Sócios da Sociedade **AMCRJ – Serviços Médicos Ltda.** convocados para se reunirem em Reunião de Sócios, a ser realizada na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Jorge Curi, nº 550, bloco A, sala 236, Barra da Tijuca, CEP 22775-001, no dia 8 de outubro de 2025, em primeira chamada às 16h00, cuja instalação está sujeita à presença dos titulares de ¼ do capital social da Sociedade, e em segunda chamada às 16h30, com a presença de qualquer número de sócios, para deliberação sobre a exclusão do sócio Marco Antonio Pinto de Figueiredo, nos termos da Cláusula Décima do Contrato Social. Rio de Janeiro, 25 de setembro de 2025. **Rafael Dias de Almeida**; Guilherme Iso de Agostini Cohen; Carlos Eduardo Lopes Nunes; Carlos Augusto Rabello de Mattos; Alexandre Luiz Britto de Carvalho. (26, 29 e 30/09/2025)

GOVERNO DO BRASIL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

CEFET/RJ

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA
CELSON SUCKOW DA FONSECA - CEFET/RJ

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 90.021/2025 – UASG 153010

OBJETO: Registro de Preços para aquisição de peças e acessórios para computadores e materiais elétricos e eletrônicos, para atendimento das necessidades do Cefet/RJ e suas unidades. **NÚMERO DO PROCESSO:** 23063.002017/2025-29. **EDITAL:** 26/9/2025 das 8h às 12h e das 13h às 17h59. **Endereço:** Av. Maracanã, nº 229 – Maracanã – Rio de Janeiro/RJ ou https://www.gov.br/compras/edital/153010-5-90021-2025. **ENTREGA DAS PROPOSTAS:** a partir de 26/9/2025 às 8h no site www.gov.br/compras. **ABERTURA DAS PROPOSTAS:** 9/10/2025 às 10h no site www.gov.br/compras. **INFORMAÇÕES GERAIS:** em caso de divergência entre as especificações oriundas do código CATMAT/CATSER (constantes no portal de compras governamentais e na nota de empenho pela não possibilidade de edição das informações) e do edital e seus anexos, este último sempre prevalecerá. portanto, o fornecedor estará vinculado à sua proposta, que por sua vez deverá atender aos critérios técnicos e de especificação estabelecidos no edital, termo de referência e demais anexos. Rio de Janeiro, 26 de setembro de 2025. **Igor Boroto Thomaz – Pregoeiro.**

SUMIÇO

Polícia indicia mais 3 em caso de ‘estudante trans’ da Unesp

CAIO POSSATI/AE

A Polícia Civil de São Paulo indiciou mais três pessoas no caso do desaparecimento da estudante trans Carmen de Oliveira, da Unesp de Ilha Solteira. O delegado Miguel Gomes da Rocha Neto, que investiga o caso, já havia indiciado o policial militar da reserva Roberto Carlos de Oliveira e Marcos Yuri Amorim, então namorado de Carmen e suposto amante de Oliveira.

Ambos estão presos sob a suspeita de feminicídio contra Carmen, ocultação do cadáver da estudante e fraude processual. A reportagem não conseguiu contato com as defesas da dupla.

"São cinco indiciados ao todo. Os dois principais suspeitos (Roberto Carlos de Oliveira e Marcos Yuri Amorim). Indiciei mais uma pessoa por falso testemunho, que é uma ex-namorada do Marcos Yuri; indiciiei um amigo de infância por favorecimento pessoal. E indiciiei um vizinho dele que, provavelmente, ajudou na ocultação do cadáver", disse o delegado Rocha Neto, ao Estadão.

Carmen de Oliveira Alves desapareceu em 10 de junho, em Ilha Solteira, no interior de São Paulo, e a polícia acredita que ela tenha sido vítima de feminicídio dois dias depois, em 12 de junho. O corpo dela ainda não foi encontrado. Carmen cursava o último ano de Zoo-

tecnia no campus da Unesp em Ilha Solteira.

Marcos Yuri e o policial militar estão presos preventivamente desde 10 de julho. Nenhum dos dois confessa o crime, mas ambos atribuem ao outro a responsabilidade pelo desaparecimento e a morte de Carmen. Eles mantinham um relacionamento afetivo e também financeiro, já que o PM da reserva sustentava Amorim, numa espécie de relação de "sugar daddy".

De acordo com o delegado Miguel Rocha Neto, a dupla teria planejado a morte de Carmen devido às pressões que ela vinha fazendo para que Yuri assumisse o relacionamento. Segundo a investigação, ela preparava um dossiê contra o rapaz, que teria cometido furtos, e o ameaçava de denúncia caso não a assumisse publicamente.

VERSÕES

No dia 6 de agosto, o PM da reserva Roberto Carlos de Oliveira disse em depoimento que Marcos Yuri teria matado Carmen e que ele próprio não teve participação no crime. Chegou a apresentar um alibi, relatando que estaria em uma loja com outra pessoa no momento em que a estudante foi assassinada.

Após as declarações de Oliveira, Amorim resolveu apresentar sua versão. Até então em silêncio, afirmava que só falaria em juízo, mas mudou de postura depois do depoimento do policial.

Aos investigadores, o ex-namorado de Carmen contou que estava no sítio com a jovem quando ambos brigaram e ela o ameaçou com uma faca. O rapaz então a empurrou, fazendo com que Carmen caísse, batesse a cabeça e desmaiasse.

Sem saber o que fazer, Amorim disse ter ligado para Oliveira e pedido ajuda. O PM da reserva foi até o local, encontrou Carmen ainda inconsciente e, segundo o depoimento de Amorim, bateu na cabeça dela com uma barra de ferro. Em seguida, com uma faca, Oliveira teria cortado o pescoço da vítima.

Os dois arrastaram o corpo até o curral, e dali Oliveira teria descartado o cadáver - sem que Amorim explicasse onde. O corpo de Carmen nunca foi localizado e segue sendo procurado.

AGUARDO DE EXAMES

O inquérito já foi concluído e submetido à Justiça, mas, segundo o delegado, algumas diligências ainda estão sendo realizadas. Dados do notebook do ex-namorado da vítima e do celular do policial militar também estão sendo extraídos, informou Rocha Neto.

A polícia coletou amostras de DNA do sapatênis de Marcos Yuri e também de uma lona que pertence ao Roberto. Também foi encontrado sangue de Marcos Yuri na casa onde Carmen pode ter sido assassinada. "Esse laudos de extração de DNA de-

vem demorar de 4 a 6 meses para chegar", disse o delegado.

A Secretaria de Segurança Pública informou que, durante a investigação, foram realizadas duas reconstituições "e a autoridade policial aguarda os resultados dos laudos de confronto genético, que serão encaminhados ao Poder Judiciário para complementar o relatório da investigação".

CORPO DESAPARECIDO

O corpo de Carmen ainda não foi localizado. Uma ossada chegou a ser encontrada durante as investigações, mas exames apontaram que o material era de origem animal. Apesar dos depoimentos apontarem para o assassinato, os principais suspeitos não deram informações sobre o paradeiro do cadáver de Carmen.

"Quando indagados sobre o destino que foi dado ao corpo da vítima, os envolvidos não falaram onde foi enterrado o corpo ou o que foi feito com o corpo da vítima e se negaram a prestar esclarecimentos sobre esse fato da ocultação do cadáver", disse o delegado Rocha Neto.

"Nem as testemunhas, nem os indiciados e nem os demais envolvidos têm notícia de onde está o corpo da vítima. Em que pesem as inúmeras diligências realizadas nos últimos 90 dias. Então, a localização do corpo ainda está em aberto", acrescentou.

ÁGUA

Captação reduzida no Cantareira será reposta com Rio Paraíba do Sul

JOSÉ MARIA TOMAZELA/AE

A Agência Nacional de Águas e Saneamento (ANA) autorizou a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) a captar água da Bacia do Rio Paraíba do Sul para suprir a queda no nível do Sistema Cantareira, que abastece metade da população da Região Metropolitana de São Paulo. A medida foi tomada em conjunto com a Agência de Águas do Estado de São Paulo (SP Águas), após o Cantareira ter atingido nível abaixo de 30%.

A partir do dia 1.º de outubro, o Sistema Cantareira passa a operar no nível 4, de restrição, o que não ocorria desde janeiro de 2022. A Sabesp informou que cumpre as regras estabelecidas pelas agências.

Desde segunda-feira passada, a Sabesp ampliou em duas horas o tempo da redução da pressão noturna na região metropolitana de São Paulo, passando de 8 horas para 10 horas diariamente. O novo horário é das 19h às 5h do dia seguinte. A decisão cumpre uma solicitação feita pela Agência Reguladora de Serviços Públicos de São Paulo (Arsesp).

A queda no nível do Cantareira, que na quarta-feira passada, operava com 29,42% do volume útil, deve-se às chuvas abaixo da média nos últimos meses, segundo as agências. Com o Cantareira em faixa de restrição, a partir de 1.º de outu-

bro, a Sabesp poderá retirar do sistema até 23 metros cúbicos por segundo, ou seja, 4 metros cúbicos a menos do que os 27 metros cúbicos autorizados para o mês de setembro, quando o sistema estava na faixa de alerta (faixa 3).

Como medida de mitigação, a Sabesp poderá utilizar até 10 metros cúbicos por segundo da vazão transposta do reservatório do Jaguari, na bacia do Paraíba do Sul, para o reservatório de Atibainha, no Cantareira, com a vazão total limitada ao valor outorgado de 33 metros cúbicos por segundo.

"As agências ratificam a necessidade de adoção de medidas adicionais pela Sabesp, conforme comunicado da SP Águas à Arsesp (Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo), e demais usuários para preservar o volume de água nos reservatórios do sistema", diz nota da ANA.

A gestão do Cantareira é realizada de forma conjunta pela ANA e pela SP Águas, que acompanham diariamente os dados de níveis, vazões e armazenamento para subsidiar decisões de operação.

A entrada na faixa de restrição segue critérios definidos pela Resolução Conjunta nº 925/2017, elaborada após a crise hídrica de 2014/2015. A norma estabelece limites de retirada de água de acordo com o volume acumulado no Sistema Cantareira.

Nota

EMPRESAS LIGADAS AO PCC MOVIMENTARAM R\$ 1 BILHÃO

As empresas ligadas ao Primeiro Comando da Capital (PCC), investigadas por fraudes em combustíveis em São Paulo, movimentaram mais de R\$ 1 bilhão entre 2020 e 2024, segundo a Receita Federal. A Operação Spare, deflagrada ontem em São Paulo, aponta que organização criminosa usava postos de combustíveis, motéis e empresas de fachada para lavagem de dinheiro e ocultação de patrimônio. As investigações revelaram que os criminosos usavam dinheiro em espécie e maquininhas (de crédito e débito) via fintechs para lavagem dos recursos ilícitos, que depois eram usados para compra de imóveis e outros bens. Com os recursos do esquema, foram comprados bens de alto valor, como um iate de 23 metros; dois helicópteros; um Lamborghini Urus, avaliado em R\$ 4 milhões; além de terrenos de mais de R\$ 20 milhões. "Estima-se que os bens identificados representem apenas 10% do patrimônio real dos envolvidos", informa a Receita. Segundo a Receita, mais de 60 motéis, ligados ao grupo e em nome de "laranjas", teriam movimentado R\$ 450 milhões, com lucro de 45 milhões.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO IMOBILIÁRIOS, EM SÉRIE ÚNICA, DA 25ª EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO IMOBILIÁRIOS DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO.

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários em Série Única da 25ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima 1234, 4º andar, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/ME") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Títulos dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizedora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto na cláusula 15 do "Termo de Securitização de Certificados de Recebíveis Imobiliários Da Série Única Da 25ª Emissão" ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunir-se no dia 16 de outubro de 2025, às 15:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste edital. A Assembleia Especial será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitemos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembleia Especial para o e-mail af.assembleias@oliveiratrust.com.br com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para Assembleia Especial- CRI FORGREEN BRGD", observando o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios dos poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso quaisquer dos Titulares dos CRI indicados nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na Assembleia Especial. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares dos CRI, nas páginas da Securitizedora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br - Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizedora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da Assembleia Especial de Investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).

São Paulo, 26 de setembro de 2025. **Amanda Regina Martins Ribeiro** - Diretora de Securitização

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO IMOBILIÁRIOS, EM SÉRIE ÚNICA, DA 12ª EMISSÃO, EM 4 (QUATRO) SÉRIES, DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO.

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários do Agronegócio, em 4 Séries, da 12ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Faria Lima, 1234, conjuntos 41, 42, 43 e 44, São Paulo/SP, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/ME") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Títulos dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizedora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o Termo de Securitização de Créditos Imobiliários Da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Séries Da 12ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários Da Canal Companhia de Securitização Lastreados em Créditos Imobiliários devidos pela MS Incorporadora S/A. ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunir-se no dia 16 de outubro de 2025, às 14:30 horas, e em caso de não instalação, em 2ª (segunda) convocação no dia 24 de outubro de 2025, às 14:30 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A Assembleia Especial será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação dos Titulares dos CRI, conforme previsto neste edital. A Assembleia Especial será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembleia Especial para o e-mail agente@oliveiratrust.com.br com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para Assembleia Especial- CRI (Melchiorotto) (1207)", observando o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso quaisquer dos Titulares dos CRI indicados nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na Assembleia Especial. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares dos CRI, nas páginas da Securitizedora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br - Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizedora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da Assembleia Especial de Investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).

São Paulo, 26 de setembro de 2025. **Amanda Regina Martins Ribeiro** - Diretora de Securitização

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 116ª EMISSÃO, EM 3 (TRÊS) SÉRIES, DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO.

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários, em 3 (três) Séries, da 116ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Faria Lima, 1234, conjuntos 41, 42, 43 e 44, São Paulo/SP, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/ME") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Títulos dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizedora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o Termo de Securitização de Créditos Imobiliários Da 1ª (Primeira) A 3ª (Terceira) Séries Da 116ª (Centésima Décima Sexta) Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários Da Canal Companhia de Securitização, Lastreados em Créditos Imobiliários devidos Pela Praia Bela Empreendimento Imobiliário S/A Ltda.. ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunir-se no dia 16 de outubro de 2025, às 11:15 horas, e em caso de não instalação, em 2ª (segunda) convocação no dia 24 de outubro de 2025, às 11:15 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A Assembleia Especial de será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação dos Titulares dos CRI, conforme previsto neste edital. A Assembleia Especial será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembleia Especial para o e-mail af.assembleias@oliveiratrust.com.br com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para Assembleia Especial- CRI (Praia Bela) (116)", observando o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios dos poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso quaisquer dos Titulares dos CRI indicados nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na Assembleia Especial. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares dos CRI, nas páginas da Securitizedora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br - Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizedora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da Assembleia Especial de Investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).

São Paulo, 26 de setembro de 2025. **Amanda Regina Martins Ribeiro** - Diretora de Securitização

AEROPORTO

Galeão deve chegar a 30 milhões de passageiros em 3 anos

BRUNO DE FREITAS
MOURA/ABRASIL

O Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro - Antonio Carlos Jobim, o Galeão, deve passar dos atuais 18 milhões de passageiros para 30 milhões em três anos. A previsão é do ministro dos Portos e Aeroportos, Silvío Costa Filho.

A previsão foi apresentada ontem, durante cerimônia de assinatura do termo de repactuação do contrato de concessão do aeroporto, em uma das salas VIPs do terminal. Na prática, o ajuste é uma forma de permitir equilíbrio econômico da operação concedida à iniciativa privada.

“Saímos de pouco menos de 5 milhões de passageiros, em 2023, para mais de 18 milhões neste ano, e a projeção é alcançar 30 milhões nos próximos três anos. Essa reestruturação fortalece o turismo, a logística e a geração de emprego e renda, reafirmando o papel do Galeão como um ativo estratégico para o Brasil”, declarou Costa Filho.

O aeroporto é controlado pela RIOgaleão, concessionária formada pelo grupo Changi Airports International, de Cingapura, e pelo Vinci Compass, do Brasil, que detêm, juntos, 51% da operação.

Os demais 49% pertencem à Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), estatal vinculada ao Ministério de Portos e Aeroportos.

A concessão foi iniciada em 2014, com um lance de R\$ 19 bilhões, valor quase quatro vezes maior que o definido no edital. Na época, havia expectativa de chegar a 37,7 milhões de passageiros em 2024.

DESISTÊNCIA

Em 2022, quando o terminal sofria efeitos da pandemia de Covid-19, que diminuiu consideravelmente o número de passageiros, o grupo controlador manifestou formalmente ao governo a intenção de devolver a operação.

No ano seguinte, a Changi procurou o governo para renegociar o contrato. A negociação terminou em 2024, e os termos definitivos da repactuação foram avalizados em junho pelo Tribunal de Contas da União (TCU). A Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), órgão regulador do setor, participou da elaboração.

O documento teve também o aval de todos os envolvidos e de órgãos de controle, como o Ministério Público Federal (MPF) e

a Advocacia-Geral da União (AGU).

O aumento do número de passageiros do Galeão fez parte das negociações e era um dos fatores defendidos pela concessionária.

“Hoje, a gente está celebrando, não meramente um acordo, mas a retomada de um planejamento estratégico para fortalecer esse grande ativo da aviação da América do Sul, porque o Galeão vai se transformar no grande hub (ponto de conexão) da aviação internacional da América do Sul”, declarou o ministro.

MUDANÇAS

Entre as mudanças previstas no contrato, está a forma de pagamento pela concessão. A outorga a ser paga anualmente pela concessionária, em vez de ser fixa, será 20% do faturamento bruto do aeroporto. Antes, estava fixada em cerca de R\$ 1 bilhão.

Quando a concessão original foi iniciada, em 2014, o prazo de exploração do aeroporto pela iniciativa privada foi de 25 anos, indo até 2039. A data está mantida, mas o ministro Costa Filho sinalizou que a pasta estuda uma extensão. Houve também ajuste dos critérios para evitar a obrigação de construção da terceira pista, considerando a atual demanda aeroportuária.

A repactuação prevê ainda uma venda assistida. O processo é como um novo leilão, no qual outras empresas podem se candidatar. No entanto, ele é feito de forma direta, ou seja, sem ter que reestatizar o aeroporto para concedê-lo novamente.

A venda assistida do Galeão está marcada para março de 2026 e está estipulado um lance mínimo de R\$ 932 milhões para obter o direito de explorar o aeroporto. Além disso, está acertado que a Infraero venderá a toda a participação (49% do aeroporto) para o grupo vencedor. De acordo com o ministro Costa Filho, o valor das ações da Infraero deve corresponder a cerca de 40% a 50% do lance mínimo.

A Anac abriu uma consulta pública para coletar sugestões para a elaboração do edital da venda assistida. Contribuições da sociedade podem ser feitas até o dia 5 de novembro.

“Não faltam interessados, porque o Galeão passou, a partir de agora, a ser um ativo valorizado. É uma estrutura que está pronta, depois desse reequilíbrio que foi feito, para buscar agentes econômicos que queiram investir nesse ativo.

passar as noites na unidade prisional.

Ontem, a Procuradoria-Geral da República (PGR) se manifestou favoravelmente à progressão dele para o regime aberto, afirmando que Silveira já cumpriu o tempo necessário de pena para a progressão e tem apresentado bom comportamento na prisão. O pedido de progressão de regime será analisado pelo STF

Na semana passada, Moraes autorizou a redução de 113 dias da pena do ex-parlamentar por atividades de trabalho, estudo e leitura realizadas no cárcere, conforme os critérios de remição de pena por meio de práticas sociais educativas.

Silveira foi condenado a oito anos e nove meses de prisão por ameaçar o Estado Democrático de Direito e incentivar a violência contra integrantes do STF. Em um vídeo publicado nas redes sociais, em fevereiro de 2021.

FRANÇA

Nicolas Sarkozy é condenado por financiamento ilegal

A Justiça da França condenou ontem, o ex-presidente Nicolas Sarkozy a cinco anos de prisão por associação criminosa no caso de um suposto financiamento ilegal de sua campanha presidencial de 2007, com dinheiro do então líder da Líbia, Muammar Kadafi, em troca de favores diplomáticos O ex-presidente negou ter cometido irregularidades.

Sarkozy foi absolvido das acusações de corrupção passiva, financiamento ilegal de campanha e ocultação de desvio de verbas públicas. Os juízes determinaram que Sarkozy será preso mesmo se recorrer da decisão, mas ainda não definiram a data de sua prisão.

Os ex-ministros Claude Guéant e Brice Hortefeux também foram condenados por associação criminosa. O tribunal de Paris responsável pelo caso considerou que eles conspiraram para buscar financiamento da Líbia para a campanha de Sarkozy em 2007, mas que não era possível provar que o ex-presidente estava diretamente envolvido nessas ações ou que qualquer dinheiro líbio chegou a ser usado na disputa eleitoral, que terminou com a vitória do político conservador

O juiz principal disse que Sarkozy permitiu que pessoas próximas a ele entrassem em contato com as autoridades líbias "para obter ou tentar obter apoio financeiro na Líbia com o propósito de garantir financiamento de campanha".

NEGAÇÃO

Sarkozy negou qualquer irregularidade. Ele afirmou que as acusações são "politicamente motivadas e baseadas em pro-



ANTONIO CRUZ

vas forjadas". Durante o julgamento, Sarkozy denunciou uma "conspiração" que, segundo ele, foi orquestrada por "mentirosos e vigaristas", incluindo o "clã de Kadafi".

Ele compareceu ao tribunal de Paris acompanhado da esposa, Carla Bruni-Sarkozy, e de seus três filhos.

Em junho deste ano, o conservador perdeu sua medalha da Legião da Honra, a maior condecoração da França, após sua condenação por corrupção e tráfico de influência por tentar subornar um juiz, em 2014, em troca de informações sobre um caso no qual ele era citado.

Sarkozy também já foi condenado a um ano de prisão por financiamento ilegal de campanha em sua tentativa fracassada de reeleição em 2012, mas recorreu e

aguarda o julgamento do recurso.

INVESTIGAÇÕES

Em 2011, uma agência de notícias da Líbia e o próprio Kadafi afirmaram que o país havia secretamente destinado milhões de euros para a campanha de Sarkozy em 2007. O líder líbio foi morto pouco tempo depois, ainda em 2011, durante a Primavera Árabe, após mais de quatro décadas no poder.

No ano seguinte, o jornal Mediapart publicou um documento que afirmava ser um memorando do governo da Líbia que tratava sobre um acordo de financiamento de 50 milhões de euros (cerca de R\$ milhões na cotação atual). Na época, Sarkozy disse que o material era falso e processou o Mediapart por difamação. Já nesta quinta-feira, os juízes

decidiram que é "mais provável que este documento seja uma falsificação".

O tribunal também analisou viagens que o ex-presidente fez à Líbia entre 2005 e 2007, quando ainda era ministro do Interior.

Em 2016, o empresário franco-libanês Ziad Takieddine disse ao Mediapart que havia entregue malas cheias de dinheiro líbio ao Ministério do Interior da França durante o governo de Sarkozy. No entanto, algum tempo depois, ele se retratou.

A mudança na afirmação de Takieddine é investigada separadamente, porque Sarkozy e sua esposa também são acusados de tentar manipular testemunhas, em um caso que ainda não foi a julgamento. Takieddine morreu na última terça-feira, 23. Com informações da Associated Press

ONU

Abbas critica Hamas e culpa Israel pela crise humanitária em Gaza

PEDRO LIMA/AE

O presidente da Autoridade Nacional Palestina, Mahmoud Abbas, afirmou ontem, em discurso por vídeo na Assembleia Geral da ONU que o Hamas "não representa interesses e ideias do povo palestino" e não terá espaço no governo palestino Abbas, que foi impedido de

viajar a Nova York após veto dos Estados Unidos, disse que o grupo terá de "entregar suas armas e equipamentos militares ao governo da Palestina". Ele também condenou a ação do Hamas contra civis israelenses em outubro de 2023.

Ao mesmo tempo, Abbas responsabilizou Israel pela crise humanitária em Gaza, afir-

mando que os palestinos enfrentam "genocídio e fome por conta da ocupação ilegal" e que o país vizinho "provoca fome e falta de acesso a recursos humanitários na Faixa de Gaza". Para o líder palestino, Israel "comete crimes contra a humanidade diariamente" e ataca civis desarmados e vilas residenciais.

O presidente rejeitou a ideia de uma "grande Israel" defendida pelo primeiro-ministro Benjamin Netanyahu, que incluiria a ocupação permanente de Gaza e da Cisjordânia. Disse ainda que a Palestina seguirá "a luta pacífica" em busca do reconhecimento pleno como Estado soberano e do fim dos ataques israelenses.

GENOCÍDIO

Jornalistas em Gaza relatam condições extremas e ameaça constante de Israel

PEDRO RAFAEL VILELA/ABRASIL

Dos cerca de 1,6 mil jornalistas profissionais registrados na Faixa de Gaza, 252 foram mortos em ataques israelenses desde o início da ofensiva no enclave palestino, há cerca de dois anos. Os números foram atualizados ontem pelo Sindicato dos Jornalistas da Palestina, em uma reunião online organizada pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), em parceria com a Embaixada da Palestina no Brasil. Trata-se do maior massacre de profissionais de imprensa em qualquer conflito armado da história mundial, segundo o sindicato.

Em um dos ataques mais graves, no fim de agosto, militares de Israel bombardearam o Hospital Nasser, em Gaza, deixando 15 mortos, incluindo quatro jornalistas, um deles da agência Reuters. Semanas antes, uma explosão causada por um drone israelense matou cinco jornalistas da TV Al Jazeera, um deles era o conhecido

repórter Anas Al-Sharif.

"A ocupação destruiu todas as instituições de imprensa presentes na Faixa de Gaza, sendo que tínhamos mais de 120 veículos de mídia, todos atuantes. Os 252 jornalistas assassinados são um número superior ao de jornalistas assassinados durante as duas Guerras Mundiais. O sindicato notificou a prisão de mais de 200 jornalistas e o ferimento de cerca de 400 profissionais", aponta Nasser Abu Baker, presidente do sindicato.

A conversa com os repórteres brasileiros, a convite da Fenaj e com participação da Agência Brasil, aconteceu com grupos de jornalistas palestinos instalados em tendas em dois centros improvisados, um em Khan Yunis, no sul de Gaza, e outro na Cidade de Gaza, ao norte, que já foi praticamente toda destruída pelos bombardeios das Forças de Defesa de Israel (FDI).

"Eu falo com vocês com o que sobrou da Cidade de Gaza, de-

pois da agressão das forças de ocupação, que destruíram cerca de 95% da cidade. Nosso centro de mídia fica a cerca de 500 metros dos tanques israelenses, e aviões ficam voando de forma incessante para que a gente não possa ser ouvido por vocês", relata Samir Khalifa.

O Sindicato dos Jornalistas da Palestina aponta ainda que 647 imóveis residenciais de profissionais de imprensa foram destruídos pela invasão das forças militares de Israel.

"Todos os jornalistas em Gaza foram expulsos de suas casas e atualmente vivem em tendas, juntamente com suas famílias, também deslocadas", denuncia Tahseen Al-Atsall, vice-presidente do Sindicato dos Jornalistas da Palestina.

A Agência Brasil pediu posicionamento à Embaixada de Israel sobre a violência contra jornalistas palestinos e aguarda retorno para acréscimo nesta reportagem.

A Faixa de Gaza é um território palestino que tem sido alvo de intensos bombardeios e ataques por terra do Exército de Israel desde um atentado do grupo islâmico Hamas a vilas israelenses, em outubro de 2023, que deixou cerca de 1,2 mil mortos e fez 220 reféns. O Hamas, que governa Gaza, sustenta que o ataque foi uma resposta ao cerco de mais de 17 anos imposto ao enclave e também à ocupação dos territórios palestinos por Israel.

Os ataques israelenses contra a Faixa de Gaza, desde então, já fizeram mais de 60 mil vítimas, além de destruírem hospitais, escolas e todo tipo de infraestrutura que presta serviços à população. Um bloqueio às fronteiras do território também dificulta a entrada de alimentos e medicamentos, agravando a crise humanitária. Segundo Israel, o objetivo é resgatar os reféns que ainda estão com o Hamas e eliminar o grupo completamente.

FISIOTERAPIA

Moraes cobra Daniel Silveira sobre ausência da unidade prisional

RAISA TOLEDO/AE

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes determinou ontem, que a defesa do ex-deputado federal Daniel Silveira esclareça por que ele não retornou ao presídio depois de participar de sessões de fisioterapia.

"Intime-se a defesa do sentenciado para que, em cinco dias, informe e justifique os deslocamentos realizados, inclusive a ausência de retorno à unidade prisional entre cada período de sessão de atividade fisioterápica", escreveu o ministro em despacho.

Silveira cumpre pena na Colônia Agrícola Marco Aurélio Vergas Tavares de Mattos, em Magé (RJ), e recebeu em agosto autorização para realizar fisioterapia após realizar cirurgia no joelho. Como está no regime semiaberto, o ex-deputado deve